

Leia o texto para responder às questões de 01 a 03.

COMUNICAÇÃO

“É importante saber o nome das coisas. Ou, pelo menos, saber comunicar o que você quer. Imagine-se entrando numa loja para comprar um ... um ... como é mesmo o nome?

‘Posso ajudá-lo, cavalheiro?’

‘Pode. Eu quero um daqueles, daqueles ...’

‘Pois não?’

‘Um ... como é mesmo o nome?’

‘Sim?’

‘Pomba! Um ... um ... Que cabeça a minha. A palavra me escapou por completo. É uma coisa simples, conhecidíssima.’

‘Sim, senhor.’

‘O senhor vai dar risada quando souber.’

‘Sim senhor.’

[...]”

VERÍSSIMO, Luís F. Zoeira. Porto Alegre: L&PM, 1987.

01. Assinale a alternativa que resume o texto acima.

- A) O texto mostra um comprador se esforçando para explicar a um vendedor como é o objeto que deseja, pois não consegue lembrar o nome.
- B) O texto apresenta um comprador esquecido que não faz o menor esforço para lembrar o nome do objeto que busca comprar.
- C) O texto mostra um vendedor impaciente com um comprador, uma vez que o comprador não sabe dizer o nome do objeto que quer comprar.
- D) O texto mostra a habilidade do vendedor em entender o que deseja o comprador.
- E) O texto apresenta um comprador irritado por não saber o que quer comprar.

02. É perfeitamente possível identificar, no diálogo travado, o predomínio de uma das funções de linguagem. Assinale-a.

- A) Emotiva.
- B) Fática.
- C) Poética
- D) Referencial.
- E) Metalingüística.

03. “(...) saber comunicar o que você quer (...)”. Sobre o pronome em destaque, NÃO É POSSÍVEL afirmar que

- A) a forma ‘você’ utiliza o pronome possessivo de segunda pessoa.
- B) a forma ‘você’ não deve ser empregada em tratamento cerimonioso.
- C) a forma ‘você’ é um pronome utilizado para tratamento familiar.
- D) está correta a frase: “Você deve encaminhar suas reivindicações ao diretor”.
- E) as formas ‘você’, ‘senhor’ e ‘senhorita’, embora sejam a pessoa com quem se fala, são consideradas pronomes de tratamento da terceira pessoa.

04. Os segmentos abaixo correspondem a uma tipologia textual. Assinale o segmento que é uma DISSERTAÇÃO.

- A) “Margarida tinha os olhos amendoados, uma pele de pêssago e um ar de tranqüilidade que chamava atenção de todos.”
- B) “Era um dia abafadiço. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. Quase não se podia sair à rua: as pedras escaldavam; as vidraças e os lampiões faiscavam ao sol como enormes diamantes.”
- C) “Era um pajé velho, acororado perto de uma choça, tira baforadas de um longo e primitivo cachimbo, uma velha gorda e suja dorme em uma desfiada rede de embira fina ...”
- D) “... as folhas das árvores nem se mexiam; as carroças de água passavam ruidosamente a todo instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em manga de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem-cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes”.
- E) “A inconseqüência do motorista brasileiro está atingindo níveis intoleráveis. Em Santa Catarina, a situação não difere muito do restante do País, como se pode depreender das últimas informações divulgadas pelo Departamento de Trânsito, segundo as quais a embriaguez é a causa de cerca de 90% das apreensões de Carteiras Nacionais de Habilitação no Estado...”

05. Leia os enunciados abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- I. Carlos ou João será o escolhido para ocupar o novo cargo.
- II. Comida indigesta ou excesso de sal me fazem mal.
- III. Minha filha nasceu à uma hora da tarde do dia dois de setembro de 2005.

- A) Em I, ocorre mútua exclusão e, portanto, o verbo está corretamente no singular.
- B) Em II, não ocorre mútua exclusão e, portanto, o verbo está corretamente no plural.
- C) Em III, ocorre o acento indicativo da crase por se tratar de uma expressão de hora especificada.
- D) Em II, ocorre mútua exclusão, e, portanto, o verbo deve ficar no singular.
- E) Em I, a conjunção “ou” indica mútua exclusão.

06. Leia atentamente o enunciado abaixo, observando a pontuação.

Parecia um doido infeliz: driblou, escorregou, driblou, correu, parou, chutou ...

- I. Os dois-pontos após *Parecia um doido* se justificam pelo fato de as orações que vêm em seguida explicarem o sentido da frase inicial.
- II. As vírgulas colocadas entre o verbo *driblou, escorregou, driblou, correu, parou, chutou* servem para separar as orações coordenadas assindéticas.
- III. Os dois-pontos após *Parecia um doido* se justificam pelo fato de introduzirem o discurso indireto.
- IV. As reticências traduzem a expectativa gerada pelo chute.

Está(ão) correta(s)

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I, II e IV.
- D) II e III.
- E) II, III e IV.

07. Qual o processo de formação de “infeliz”?

- A) Sufixal.
- B) Parassintética.
- C) Regressiva.
- D) Prefixal.
- E) Justaposição.

Leia o texto abaixo e responda às questões de 08 a 10.

“Mariana fala que fala e às vezes se torna inconveniente. Outro dia ela disse a Renato que não poderia convidá-lo e obteve como resposta: Não a perdoarei. Tal resposta fê-la ficar pensativa, insegura. Saiu da sala, atravessou a varanda, chegou ao caramanchão do jardim. E se Renato estivesse mentindo?
Sentou, com o olhar vago, desatento por entre hortênsias, acompanhando a borboleta até a flor do jasmineiro. Um raio de sol, intenso, tirou-lhe a visão por um momento.
Renato. Renato. Dê um pulo aqui. Venha ver, gritou. Ninguém respondeu. Talvez esteja fingindo não ouvir. Pediu a Cláudia, que ia entrando em casa, chamasse o Renato para o jardim. Mas, ele não atendeu e fiquei esperando por um longo tempo (...)”

08. Marque V ou F, conforme sejam as afirmações verdadeiras ou falsas.

- I. () Mariana fala que fala e às vezes se torna inconveniente. O termo grifado é exemplo de uma conjunção coordenativa adversativa.
- II. () Obteve como resposta: Não a perdoarei. O termo grifado está na posição proclítica, uma vez que o advérbio NÃO atrai o pronome oblíquo “a”.
- III. () Tal resposta fê-la ficar pensativa, insegura. O termo grifado assume essa forma quando o verbo termina em Z, S ou R.
- IV. () E se Renato estivesse mentindo. O termo grifado é um exemplo de conjunção condicional.

Está correta a alternativa

- A) F – V – V – F.
- B) F – V – V – V.
- C) V – F – F – V.
- D) V – V – F – F.
- E) V – F – F – F.

09. “... Sentou, com o olhar vago, desatento por entre hortênsias...”. A alternativa abaixo que apresenta um sinônimo para o termo em destaque é

- A) atento.
- B) curioso.
- C) vetusto.
- D) ditoso.
- E) distraído.

10. “... Mas, ele não atendeu e fiquei esperando”. O termo destacado pode ser substituído por

- A) Porém.
- B) Enquanto.
- C) Por isso.
- D) Que.
- E) Se.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. “O princípio da razoabilidade, proporcionalidade ou proibição de excesso é o vetor por meio do qual o intérprete busca a adequação, a racionalidade, a idoneidade, a logicidade, o bom senso, a prudência e a moderação no ato de compreender os textos normativos, eliminando o arbítrio e o abuso de poder”

(BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 528).

A despeito da inexistência de previsão expressa constitucional acerca do princípio da razoabilidade, o Supremo Tribunal Federal vem declarando inconstitucionais normas em razão da vulneração do mencionado princípio, considerado, pelo Pretório Excelso, como decorrência do princípio do(a)

A) devido processo legal material. B) legalidade. C) eficiência. D) moralidade. E) impessoalidade.

12. **Acerca da criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, em conformidade com a ordem constitucional em vigor, assinale a única alternativa CORRETA.**

- A) A criação, a incorporação, a fusão ou o desmembramento de Municípios devem ser feitas mediante lei complementar estadual, dentro do período determinado por lei ordinária federal e dependerão de apresentação de estudo de viabilidade municipal, aprovado pelo Senado Federal, e consulta, mediante referendo, às populações diretamente interessadas.
- B) Para que um distrito do município de Abreu e Lima seja desmembrado, tornando-se novo município, é suficiente a edição de uma lei municipal, aprovada pela maioria absoluta da Câmara dos Vereadores, desde que a população de tal distrito, mediante plebiscito, tenha aprovado a iniciativa.
- C) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios deverão ser feitos mediante lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios diretamente envolvidos, após divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.
- E) Segundo entendimento cristalizado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, são constitucionais leis redefinidoras dos limites territoriais municipais, elaboradas *ad referendum* da consulta plebiscitária.

13. **Eis o que prescreve o caput do artigo 100 da Constituição da República de 1988:**

Art. 100 – “À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim”.

Acerca do regime constitucional do precatório judicial, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A exceção prevista no artigo 100, *caput*, da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.
- B) O sequestro de verbas públicas só é admissível na hipótese de quebra da ordem cronológica de pagamento dos precatórios judiciais.
- C) O regime do precatório judicial não é aplicável no pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- D) Os créditos de natureza alimentícia não se submetem ao regime do precatório judicial.
- E) As entidades de direito público devem, obrigatoriamente, incluir, nos seus orçamentos, a verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

14. **O Superior Tribunal de Justiça, através de uma de suas turmas, declarou a inconstitucionalidade, no julgamento de recurso especial interposto, de determinada norma legal. Tal decisão é**

- A) inconstitucional, tendo-se em vista a quebra do princípio da reserva de plenário.
- B) constitucional, por ter ocorrido por meio do controle difuso de constitucionalidade.
- C) inconstitucional, tendo-se em vista a Constituição da República ter atribuído ao Supremo Tribunal Federal, exclusivamente, a guarda da Constituição.
- D) constitucional, por ter ocorrido por meio do controle concentrado de constitucionalidade.
- E) inconstitucional, posto que a declaração de inconstitucionalidade somente poderia ter sido argüida por meio de controle concentrado, via ação direta de inconstitucionalidade genérica.

15. No que atine à posse, observe as afirmações abaixo.

- I.** *Todo aquele que tem, de fato, o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade é possuidor. Contudo, os atos de mera permissão ou tolerância não induzem posse assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.*
- II.** *O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado, sendo assegurado ao possuidor turbado, ou esbulhado, manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo, sendo certo que não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.*
- III.** *A posse direta de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, implica a anulação da posse indireta de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.*
- IV.** *O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, exceto se desincumbir do seu ônus de provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante. Já o possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias úteis e voluptuária e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias.*

É correto afirmar que APENAS a

- A) I e a IV estão conforme o Código Civil Brasileiro.
B) I e a II estão conforme o Código Civil Brasileiro.
C) III e a IV estão conforme o Código Civil Brasileiro.
D) II e a III estão conforme o Código Civil Brasileiro.
E) II e a IV estão conforme o Código Civil Brasileiro.

16. De acordo com o Código Civil, assinale a afirmativa CORRETA.

- A) A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade, pertencendo a escolha ao credor, quem não poderá escolher a melhor do devedor.
B) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta ou só por ele exequível. Se o fato puder ser executado por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar à custa do devedor, havendo recusa ou mora deste, desde que precedida de autorização judicial, ainda que haja alegação de urgência, sob pena de não ser depois ressarcido.
C) A obrigação de dar coisa certa abrange, inclusive, todos os acessórios dela, embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso. Por outro lado, se a mencionada coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.
D) A obrigação é solidária, quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de partilha, por sua natureza, por motivo de ordem econômica ou dada a razão determinante do negócio jurídico.
E) A solidariedade se presume pela natureza da obrigação.

17. Assinale a opção CORRETA.

- A) Os maiores de dezesseis anos podem testar.
B) A incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, mas o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.
C) O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais, ainda que justificadas por interesse público, à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.
D) A sucessão legítima defere-se aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, mesmo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares.
E) O credor hipotecário e o pignoratício têm o direito de executar a coisa hipotecada ou empenhada, e preferir, no pagamento, a outros credores, observada, quanto à hipoteca, a prioridade no registro, observância que torna sem relevo a natureza de outros créditos.

18. Fiscais de saúde ambiental do Município de Abreu e Lima, ao realizarem inspeção num clube esportivo da cidade, constataram diversas irregularidades naquele ambiente, resultantes da proliferação das larvas do mosquito transmissor da dengue, o que se qualificou, segundo o auto de infração, como um risco iminente para a saúde pública. Em razão do presente fato, os fiscais determinaram a imediata interdição do estabelecimento sem prejuízo da aplicação de multa. A imediata interdição do clube esportivo sem prejuízo da aplicação de multa corresponde ao

- (à)
- A) exercício do Poder Disciplinar da Administração Pública.
B) prática de um ato abusivo e irregular, haja vista o Poder Público somente poder interditar o clube após autorização judicial.
C) exercício regular do Poder de Polícia Administrativo.
D) prática regular e normal decorrente do Poder Hierárquico da Administração Pública.
E) prática de um ato discricionário da Administração Pública fundamentado no Poder de Polícia Judiciária.

19. O Prefeito de Abreu e Lima, objetivando realizar uma obra pública no valor estimado de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), observados os requisitos legais, resolve autorizar a abertura de processo licitatório para a contratação de serviços de engenharia. Neste caso, poderão ser utilizadas como modalidades de licitação para a contratação pretendida:

- A) O Pregão Eletrônico, a Tomada de Preços ou a Concorrência.
- B) A Tomada de Preços, a Concorrência ou o Leilão.
- C) A Carta Convite, o Pregão Presencial ou o Concurso.
- D) O Pregão Eletrônico, o Pregão Presencial ou o Leilão.
- E) A Carta Convite, a Tomada de Preços ou a Concorrência.

20. Com relação à responsabilidade civil da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Às empresas concessionárias de serviços públicos, diferentemente das permissionárias, não se aplica a responsabilidade objetiva, no que tange a reparação de danos causados a terceiros.
- B) A Administração Pública poderá exercer o direito de regresso contra o servidor público. Todavia, nestes casos, deverá a Administração comprovar que, no desempenho de suas funções, o servidor público agiu como dolo ou culpa, causando danos a terceiros.
- C) O servidor público será isentado da responsabilidade civil, caso o dano por ele provocado decorra de mera negligência.
- D) A absolvição criminal por ausência de provas excluirá a responsabilidade administrativa do servidor a quem é imputada a prática de ato ilícito danoso à Administração Pública.
- E) Os princípios da responsabilidade subjetiva do Estado e da responsabilidade objetiva do servidor público foram agasalhadas pela Constituição Federal de 1988.

21. Analise os itens abaixo.

- I. A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade e pode anulá-los por motivo de conveniência e oportunidade, salvo comprovada má-fé.*
- II. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público e nem tampouco prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.*
- III. Os atos administrativos deverão ser motivados com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando decidem processos administrativos de concurso ou de seleção pública.*
- IV. A motivação dos atos administrativos deve ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, decisões, precedentes informações e propostas.*
- V. O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os particulares decai em 05 (cinco) anos, contados do início do processo administrativo, respeitados os direitos adquiridos.*

Está CORRETO o que se afirma nos itens:

- A) I, II e IV.
- B) II, III e IV.
- C) I e V.
- D) II e III.
- E) I, III e V.

22. De acordo com a ordem jurídica, é CORRETO afirma que

- A) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir taxas sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- B) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir taxas sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, sendo extensiva essa vedação às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às leis decorrentes.
- C) só poderá ser concedido qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a quaisquer tributos, mediante lei nacional, que regule exclusivamente as matérias antes enumeradas ou os correspondentes tributos.
- D) a lei poderá atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- E) a União pode conceder isenções heterônomas de tributos da competência dos Municípios.

23. Consoante dispõe o Código Tributário Nacional, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito

- A) quando deixe de definir ato não definitivamente julgado como infração.
- B) em qualquer caso, excluída a aplicação de penalidade à infração.
- C) quando deixe de tratar ato, ainda que definitivamente julgado, como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo.
- D) quando comine penalidade menos severa a ato, ainda que definitivamente julgado que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
- E) em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, incluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

24. Em atenção ao Código Tributário Nacional, considere as seguintes afirmações:

- I.** *A obrigação tributária é principal ou acessória e, pelo simples fato da inobservância desta última, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.*
- II.** *Fato gerador da obrigação principal é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação acessória.*
- III.** *A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.*

É correto afirmar que APENAS

- A) I e II estão conforme o Código Tributário Nacional.
B) I e III estão conforme o Código Tributário Nacional.
C) II e III estão conforme o Código Tributário Nacional.
D) I está conforme o Código Tributário Nacional.
E) III está conforme o Código Tributário Nacional.

25. Segundo a ordem jurídica vigente, é CORRETO afirmar que

- A) o sujeito ativo da obrigação principal diz-se contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
B) o sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de penalidade pecuniária.
C) um dos efeitos da solidariedade tributária consiste no fato de a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, não favorecer nem prejudicar os demais.
D) os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, porém, na hipótese de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.
E) o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nas hipóteses previstas em lei ordinária, podendo ser iniciada a respectiva revisão do lançamento a qualquer momento, desde que já ocorrido o fato gerador.

26. Dentre as alternativas abaixo, assinale a única que NÃO se enquadra nas características do contrato de trabalho.

- A) Não eventualidade.
B) Subordinação econômica.
C) Pessoalidade.
D) Subordinação jurídica.
E) Onerosidade.

27. Julgue os itens abaixo.

- I.** *Ocorre a resolução do contrato de trabalho, quando uma ou ambas as partes resolvem, imotivadamente ou sem justo motivo, romper o pacto de emprego. Exemplo de resolução do contrato de trabalho é a dispensa sem justa causa do empregado.*
- II.** *A rescisão do contrato de trabalho ocorre quando o término da relação empregatícia decorre de ato faltoso praticado por uma ou mesmo por ambas as partes do pacto de emprego. Exemplo de rescisão do contrato de trabalho é a dispensa do empregado por justa causa.*
- III.** *A incontinência de conduta, a condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena, a embriaguez habitual e a prática constante de jogos de azar são todas hipóteses legais de resolução do contrato em face de falta grave praticada pelo empregado.*
- IV.** *A contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo artigo 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.*
- V.** *A assistência médica, fornecida pelo empregador, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde, é considerada salário.*

Estão CORRETAS apenas:

- A) I e II.
B) I, II e III.
C) III e IV.
D) I, II, III, IV e V.
E) IV e V.

28. Acerca do direito de greve, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A despeito da lei específica prevista no inciso VII, do artigo 37 da Constituição da República não ter sido ainda editada, definindo os termos e os limites do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal entende que esse direito pode ser exercido pelos servidores públicos, desde que respeitados, no que couberem, os ditames da Lei nº 7783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve na iniciativa privada, até que sobrevenha a norma regulamentadora.
- B) Em caso de greve em atividade essencial, as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, não serão obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e usuários com antecedência.
- C) Em razão da não edição da lei específica, exigida constitucionalmente para definir os termos e os limites do direito de greve pelos servidores públicos, não ter sido ainda editada, estão impedidos os servidores públicos de iniciar movimento paretista.
- D) A greve não suspende o contrato de trabalho.
- E) Nos serviços e nas atividades essenciais, na hipótese de decretação de greve, os empregadores são os únicos responsáveis por garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, sendo consideradas aquelas que, se não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

29. Justus é o servidor público responsável por efetuar os pagamentos devidos aos prestadores de serviços da Administração Pública Municipal. Todavia, com a finalidade de liberar os créditos devidos aos mencionados prestadores de serviços, Justus exige para si um percentual de 5% (cinco por cento) do valor a ser creditado, sob pena de retardar o pagamento. Neste caso, Justus comete o crime de

- A) Prevaricação, pois Justus retarda indevidamente o pagamento, para satisfazer interesse pessoal, em caso de não recebimento do percentual exigido.
- B) Concussão, pois Justus exige diretamente vantagem indevida em razão da função exercida.
- C) Corrupção Ativa, pois Justus exige ou solicita para si vantagem indevida em razão do cargo exercido.
- D) Peculato, pois Justus exige e apropria-se de dinheiro público, de que tem a posse em razão do cargo e em proveito próprio.
- E) Emprego Irregular de Verbas Públicas, pois Justus dá às verbas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

30. O servidor público que comete ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração Pública estará sujeito, além de outras sanções,

- A) a perder os bens acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, a perda da função pública e a ter os seus direitos políticos suspensos de oito a dez anos.
- B) ao ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública e a proibição de contratar com o Poder Público por cinco anos.
- C) ao ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
- D) a perder os bens acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e proibição de contratar com o Poder Público por dez anos.
- E) a perder a função pública, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e a suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.

31. A respeito da Antecipação da Tutela, assinale a assertiva CORRETA.

- A) O juiz poderá, a requerimento da parte ou de ofício, em pedido controverso, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação.
- B) A tutela antecipada poderá ser concedida, quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parte deles, mostrar-se incontroverso.
- C) A doutrina e a jurisprudência dominante entendem não ser cabível, em nenhuma hipótese, a antecipação da tutela em face da Fazenda Pública.
- D) Caso o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providências de natureza cautelar, é vedado ao juiz, quando presentes os pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental ao processo ajuizado.
- E) Todas as alternativas acima estão falsas.

32. Em relação ao Processo Cautelar, assinale a opção INCORRETA.

- A) Apenas em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.
- B) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- C) Para efeito de concessão de arresto, equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou prestação que em dinheiro possa converter-se.
- D) O seqüestro tem lugar, quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.
- E) Cabe ao Presidente do Tribunal de origem decidir o pedido de medida cautelar em recurso extraordinário ainda pendente do seu juízo de admissibilidade.

33. Em relação à reconvenção, analise as assertivas abaixo.

- | |
|--|
| <p>I. Não é admissível reconvenção em ação declaratória.</p> <p>II. O autor será citado pessoalmente, para contestar a reconvenção no prazo de 15 (quinze) dias.</p> <p>III. A reconvenção será julgada, simultaneamente, com a ação principal.</p> <p>IV. A desistência da ação não obsta ao prosseguimento da reconvenção.</p> <p>V. Não é admissível reconvenção nos embargos à execução fiscal.</p> |
|--|

Estão corretas

- A) I, II e III, apenas. B) I, III e I, apenas. C) II, III e V, apenas. D) III, IV e V, apenas. E) I, II, III, IV e V.

34. Em relação ao Processo do Trabalho, julgue os itens abaixo.

- | |
|--|
| <p>I. Não se aplica o rito sumaríssimo à Fazenda Pública.</p> <p>II. Havendo sentença desfavorável ao Município de Abreu e Lima, proferida por Vara do Trabalho, o prazo para interpor recurso ordinário será de 8 (oito) dias, sem necessidade de recolhimento de custas e de depósito prévio.</p> <p>III. O prazo para oposição de embargos de declaração pelo Município de Abreu e Lima é de 10 (dez) dias.</p> <p>IV. É cabível o uso do agravo de instrumento contra decisões interlocutórias que possam causar grave dano à parte.</p> <p>V. Os Estados e os Municípios não têm legitimidade para recorrer em nome das autarquias detentoras de personalidade jurídica própria, devendo ser representadas pelos procuradores que fazem parte de seus quadros ou por advogados constituídos.</p> |
|--|

Estão corretas

- A) I, II e III, apenas. B) I, III e V, apenas. C) II, III e IV, apenas. D) III, IV e V, apenas. E) I, II, III, IV e V.

35. O planejamento das ações por parte do Município de Abreu e Lima é consolidada através do orçamento público. Uma ação planejada, além de outros requisitos, consiste da não contemplação no orçamento do Município de matérias estranhas à previsão da receita e à fixação da despesa. Tais fatores são decorrentes da aplicação do princípio da(do)

- A) exclusividade. B) programação. C) universalidade. D) orçamento bruto. E) unidade.

36. Com referência aos estágios da despesa pública, a liquidação pode ser conceituada como o(a)

- A) ato emanado de autoridade competente que cria para o ente público a obrigação de pagamento, pendente ou não do implemento de condição.
- B) recolhimento de todas as receitas que, em regra geral, não poderá exceder o limite dos débitos contraídos.
- C) ato emanado da autoridade competente, determinando que a despesa seja processada pelos serviços de contabilidade.
- D) redistribuição de parcelas das dotações, de uma para outra unidade orçamentária, quando considerada indispensável para a movimentação do crédito.
- E) verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do crédito respectivo.

37. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) O projeto de loteamento – contendo desenhos, memorial descritivo e cronograma de execução nas obras com duração máxima de um ano – deverá ser apresentado à Prefeitura Municipal.
- B) Considera-se desmembramento a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- C) O parcelamento do solo para fins urbanos só será admitido em zona urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definida em plano diretor ou aprovada por lei estadual ou federal.
- D) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos nem em prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- E) O desmembramento e o loteamento são as espécies de parcelamento do solo urbano.

38. Em conformidade com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), o plano diretor é obrigatório para as cidades que tenham as seguintes características, EXCETO.

- A) Com mais de vinte mil habitantes.
- B) Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
- C) Integrantes de áreas de especial interesse ecológico.
- D) Integrantes de áreas de especial interesse turístico.
- E) Onde o Poder Público Municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do artigo 182, da Constituição Federal.

39. Acerca do processo legislativo previsto na Lei Orgânica do Município de Abreu e Lima, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os projetos de leis de iniciativa popular de interesse específico dos bairros, lugarejos e localidades situados no território do Município de Abreu e Lima poderão ser redigidos sem observância da técnica legislativa, bastando que definam a pretensão do proponente.
- B) A iniciativa popular de projetos de leis de interesse específico do Município dependerá da manifestação de, pelos menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado diretamente interessado, que se manifestará por meio de aposição de assinatura no projeto de lei, anotados os números do título de eleitor e da zona eleitoral de cada um.
- C) O Presidente da Câmara Municipal de Abreu e Lima, caso verifique que o projeto de iniciativa popular não atende o interesse público, mesmo que atendidos os requisitos formais, poderá negar seguimento ao projeto de lei, cabendo recurso de tal decisão às comissões competentes.
- D) Se o prefeito do Município de Abreu e Lima considerar um projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal, contrário à Lei Orgânica ou ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará os motivos do veto, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara Municipal.
- E) São de iniciativa exclusiva do Prefeito do Município de Abreu e Lima os projetos de lei que disponham sobre o regime jurídico dos servidores do Município.

40. De acordo o Código Tributário do Município de Abreu e Lima, é CORRETO afirmar que o(a)

- A) Procurador Geral do Município pode autorizar a celebração de transação entre o Município e o sujeito passivo da obrigação tributária, a fim de extinguir créditos tributários mediante concessões mútuas.
- B) contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, indevidamente recolhido à Fazenda Pública Municipal, porém a restituição será corrigida monetariamente, a partir do mês da sua solicitação.
- C) pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita ao imposto sobre serviços de qualquer natureza, exceto se imune ou isenta, é obrigada a inscrever cada um dos seus estabelecimentos autônomos no Cadastro Mercantil, antes do início de suas atividades.
- D) Procurador Geral do Município pode autorizar a compensação de créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.
- E) contribuinte terá direito à restituição total ou parcial do tributo, indevidamente recolhido à Fazenda Pública Municipal, porém a restituição será corrigida monetariamente desde o dia do recolhimento indevido.